

LITERATURA MEDIEVAL

Volume III

ACTAS DO IV CONGRESSO
DA
ASSOCIAÇÃO HISPÂNICA DE LITERATURA MEDIEVAL
(Lisboa, 1-5 Outubro 1991)

Organização de
AIRES A. NASCIMENTO
e
CRISTINA ALMEIDA RIBEIRO

EDIÇÕES COSMOS

Lisboa
1993

© 1993, **EDIÇÕES COSMOS e ASSOCIAÇÃO HISPÂNICA
DE LITERATURA MEDIEVAL**

Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor

Capa

Concepção: Henrique Cayatte

Impressão: Litografia Amorim

Composição e Impressão: **EDIÇÕES COSMOS**

1ª edição: Maio de 1993

Depósito Legal: 63840/93

ISBN: 972-8081-06-5

Difusão

LIVRARIA ARCO-ÍRIS

Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 — P 1000 Lisboa

Telefones: 795 51 40 (6 linhas)

Fax: 796 97 13 • Telex: 62393 VERSUS-P

Distribuição

EDIÇÕES COSMOS

Rua da Emenda, 111-1º — 1200 Lisboa

Telefones: 342 20 50 • 346 82 01

Fax: 347 82 55

A Terra e as Gentes Africanas nas Crónicas de Zurara

Julieta Maria de Almeida Araújo

Universidade de Lisboa

A visão de Gomes Eanes de Azurara acerca da terra e das gentes africanas retrata o ambiente cultural e mental do Portugal de quinhentos e encontra-se eivada dos preconceitos comuns. Segundo a tradição, o Guarda-mor da Torre do Tombo e cronista do rei D. Afonso V nascera nos primeiros anos do século XV, cerca de 1404, na aldeia transmontana de que conservara o nome. A sua preparação literária teria sido alcançada na privança da corte de D. Afonso, na convivência com o monarca, tendo possivelmente contribuído para a sua formação a influência de Mateus de Pisano¹. Possui Gomes Eanes de Zurara uma obra extensa, pois pertencem à sua pena a *Chronica delrei D. João I de Boa memoria e dos reis de Portugal o decimo. Terceira parte, em que se conta a tomada de Ceuta*, e que foi impressa diversas vezes; a *Chronica do Descobrimento e conquista da Guiné*, conhecida a partir do códice encontrado por Ferdinand Denis na Biblioteca Nacional de Paris; a *Chronica do Conde D. Pedro de Meneses*, que exalta a acção deste no governo da praça de Ceuta e a *Chronica do conde D. Duarte de Meneses*, filho do primeiro, fronteiro de Alcácer Ceguer que morreu em 1464, na Serra de Benacofur². Desta forma, Gomes Eanes de Zurara é, por excelência, o cronista da expansão portuguesa no norte de África, pois três das obras que lhe são atribuídas descrevem precisamente as ocorrências havidas entre 1415 e 1464. Pertencem estas duas obras à parte terminal da produção cronística de Zurara.

Trata-se portanto de um período importantíssimo da História de Portugal, um período de viragem e de definição, em que o país abandona as pretensões à expansão no reino de Granada e assume definitivamente as sua vocação ultramarina. A acção desenvolve-se agora em duas frentes principais: a norte-africana, de que a tomada de Ceuta é apenas o primeiro momento e a ocidental-africana, com a sua trajetória ao longo da costa, de que a passagem do cabo Bojador por Gil Eanes marca também o início. Na sua obra, Gomes Eanes de Zurara, traça esses momentos principais, e retrata as terras e as gentes com que os portugueses sucessivamente se deparam. A própria motivação atribuída pelo cronista ao impulsionador da Expansão portuguesa, o Infante D. Henrique, aparece-nos embuída de um ideal cavaleiresco, de que a expansão da fé constitui o paradigma fundamental.

Esta nova dimensão, virada para as novas terras e para as novas gentes, envolve, em relação a estas últimas, uma relação de antagonismo. O território nacional conhecera, desde 711, principalmente no sul do país, diferentes gradações de beligerância que chegavam por vezes à coexistência pacífica com os conquistadores árabes. A conquista de Ceuta relembra momentos vividos havia pouco. As relações invertiam-se e transpunham-se agora para o norte de África. Os antigos conquistadores viam a sua terra invadida pelo povo que haviam dominado. Assim, o «outro», quando se trata do «Mouro» norte-africano, é visto na obra de Zurara, não só como o «infel», o inimigo pela religião, mas também como o rival, o inimigo pela conquista territorial. A posse da terra será, portanto, uma das causas dessa oposição, desse ódio, que separa portugueses e «mouros» mas não a principal porque essa terá cariz religioso. Assim, os textos de Zurara apresentam-se ricos de apontamentos que retratam a mentalidade da época, com o seu ideal cavaleiresco, quando descrevem em pormenor os assuntos militares e religiosos. Contudo, o «outro», o «Mouro», é, neste caso, revalorizado e apresentado como

um inimigo de temer, pela sua força e valentia, pela justeza da sua apreciação das coisas. Desta forma, não só se presta justiça aos portugueses que batalharam com esses adversários, principalmente aos condes D. Pedro e D. Duarte de Meneses, como se engrandece o monarca que tais súbditos teve e que tais vitórias alcançou.

Vejamos então, a partir das crónicas citadas, a posição de Zurara, que era a posição oficial perante a nova realidade. Assim, Zurara, logo no início da *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*, começa pelo panegírico do rei D. Afonso V que «me requereo, e recomendou, que me trabalhasse d'ajuntar, e escrever os ditos feitos principalmente por louvor e glória daquelle Conde», menciona referindo-se ao conde D. Pedro³. Para atingir este fim, o rei «não soamente se contentou de os fazer escrever em nosso proprio vulgar Portuguez, mas ainda os fez traduzir na Lingua Latina»⁴, aludindo desta forma à obra de Mateus de Pisano. A finalidade era uma ampla divulgação em toda a «Nobreza da Christandade» da amplitude dos feitos praticados pelos Portugueses, muito embora o que estivesse directamente em causa fossem «as grandes Cavallarias daquelle Conde»⁵. Os povos com que os Portugueses entram em luta são, portanto, tratados com uma dignidade que se destina a engrandecer o vencedor. Mesmo sob o ponto de vista somático, os adversários subjugados constituem exemplares perfeitos. Os guerreiros são altos, possantes e, por vezes, de rosto belo. Vejamos alguns exemplos. Assim, logo nas primeiras escaramuças travadas depois da conquista de Ceuta, destaca-se entre os guerreiros inimigos «(...) hum não menos grande em linhagem, que em alteza de corpo, homem de formosa cara (...)». Esta notável apresentação exterior estava de acordo com a realidade intrínseca, pois, segundo o cronista, tratava-se de um homem de «grande coração; e assy como muito valente, e esforçado era sempre ante os outros, como homem que não queria fazer vil a nobreza do sangue que tinha»⁶. Por isso Martim de Algarve, escudeiro do Infante D. Henrique, que o vence, teria, certamente, dobrado mérito. O valor desse inimigo, que é chorado pelos seus e cuja morte vem aumentar o furor do recontra, honra, na concepção bélica medieval, o seu adversário. Juntamente com os «Mouros», lutam contra os Portugueses guerreiros de outras etnias, alguns deles escravos dos primeiros. Contudo, também esses inimigos são dignos de encómios e da maior amizade de seus senhores. Assim, Aabu, senhor de Morequeci, «homem esperto e de grande coração», colocou em perigo a sua vida para salvar a de um seu escravo negro⁷. Um outro escravo, «caa o negro era valente», fez com que João Pereira, ao tentar vencê-lo, arriscasse a vida⁸. O próprio sobrinho do Aabu, Almançor, morre à mão dos portugueses. Era «homem grande e de aposta estatura», conforme narra o cronista, e também a sua morte acicuta os ânimos dos combatentes, pelo que logo ali terminam a sua existência outros guerreiros, como o alcaide de Alcácer, que pretendiam vingá-lo. Do mesmo modo, e por diversas ocasiões, os portugueses travaram peleja com «Alarves» considerados «grandes e fortes»⁹. É o que acontece, por exemplo, quando do descerco de Ceuta, em que o caudel Moley Çaide foi morto. Escreve Zurara: «(...) jazia tendido naquelle campo aquelle nobre Caudel Moley Çayde, caa posto que elle fosse infiel, nom leixaremos de louvar sua virtude». E mais adiante: «elle havia o corpo de boa grandura, com membros correspondentes á sua grandeza, e avia a cara grande e alva, e os cabellos louros, e amaçorados; e bem parecia elle jazendo Capitão daquelle gente»¹⁰.

A gente norte-africana que defende a sua cidade, Ceuta, mereceu do cronista-mor de Portugal acentuado respeito pelo seu valor guerreiro e acentuado zelo. As palavras que os vencidos proferem a propósito da tomada são dignas e repletas de sabedoria. Tal acontece, por exemplo, no conselho dos «Mouros» principais que reúne após a queda de Ceuta. Neste conselho, segundo Zurara, são propostos os ardis que devem levar à derrota dos invasores. Depreende-se que os «Mouros» parecem considerar os Portugueses de ânimo facilmente inflamável e muito capazes de, levados pelo entusiasmo bélico, facilmente caírem numa cilada. Dizem os «Mouros» pela pena de Zurara: «(...) e pera os nós enganarmos, ligeiramente vamos cada dia sobre a cidade, e como gente temerosa, e amedrontada travemos com elles; e por pequeno movimento, que ante nós façam fujamos d'ante suas armas, e elles tomarão isto

assy por começo de vitoria, pelo qual averão atrevimento de nos seguir cada vez mais, e tanto lhes façamos isto que os vamos tirando longe da cidade (...)»¹¹. As ciladas, os ardis, eram diários¹². Por isso, escapar-lhes era considerado um favor do Céu, um milagre divino, logo seguido de acções de graças¹³. Com a finalidade de agradecer a Deus, fazem-se procissões, entoam-se ladainhas, assiste-se a missas...

As relações de parentesco são afectadas pela morte dos entes queridos. Na guerra, os homens que nela tomam parte sucumbem com frequência, por isso tais mortes surgem como motivo de vingança a tirar dos portugueses. Para a mentalidade da época, o sangue redime-se com sangue. Esta concepção de honra ofendida, de vingança a praticar visa preferencialmente o próprio matador. Mas, na impossibilidade de atingi-lo, apazigua-se com o tirar a vida a um seu parente ou companheiro, ou até a um outro cristão¹⁴. Zurara reconhece e respeita a nobreza destes sentimentos, comuns à sua própria cultura, e louva a afeição filial e o respeito que unem parentes próximos como são pais e filhos, tios e sobrinhos¹⁵.

O valor destes adversários mostra-o Zurara ao relatar claramente as dificuldades que os portugueses tinham de superar para defender a vida¹⁶. As qualidades dos «contrários» ficam bem marcadas na seguinte passagem da *Chronica do conde D. Pedro*: «Ainda que antre todas as Nações aja gentes de toda maneira, a saber, huns fracos, outros ardidios, e assy nos entendimentos em todo-los lugares se acha menos e mais, e muito mais; em pero os Mouros naturalmente são entendidos, nom porque Deos partisse o entendimento mais com elles, que com os outros homens, soamente porque são gentes de pouca vianda, e que os mais delles não uzão vinho, trazem os entendimentos mais puros, e mais dispostos, que os outros, que se regem pelo contraio, e por ello ham razão de melhor conhecer as cousas (...)»¹⁷. Nota-se aqui a obrigatoriedade de dar uma explicação para o bom «entendimento» que os «Mouros» negativamente possuíam e, quaisquer que fossem as razões apresentadas, vinho ou viandas, parece depreender-se desta passagem o reconhecimento da primazia dos «Mouros».

Além das contingências da guerra mais de defesa que de ataque vivida pelos portugueses em terra firme, a posição estratégica da cidade de Ceuta tornava-a um dos principais portos do Mediterrâneo. Zurara refere a existência de numeroso grupo de embarcações presentes neste porto, quando da ocorrência de um forte temporal. Nessa ocasião estavam em Ceuta «huma grande Nao de hum mercador do Porto», uma barca de Viana, dezenas de barcas cuja proveniência se desconhece, e algumas fustas e galeotas possivelmente de Cartagena. Todo o Mediterrâneo ocidental sofreu com este temporal. Mas o que cumpre salientar não são propriamente os prejuízos causados, mas a inter-relação entre os diferentes portos mediterrânicos e com a Europa, que fica patente da descrição. Embarcações chegam a Ceuta ou partem para Portugal, Espanha, França ou para diferentes zonas do Mediterrâneo. Muita desta actividade era devida ao corso que se praticava em larga escala¹⁸. Refere Zurara que, sendo a cidade de Ceuta «casy huma chave do mar Medio terreno, quesquer Navios que se armavão contra os infieis, vinham ali fazer devisa»¹⁹. Era, portanto, no porto de Ceuta que se armavam muitos dos navios que corriam a costa em busca de presas rendosas.

Uma viagem a África efectuada pelo cronista entre Agosto de 1467 e o verão do ano seguinte permitiu-lhe uma metodologia mais objectiva, de que vem a beneficiar a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. Talvez por isso, a imagem do «outro» apresenta-se desfocada em relação à crónica escrita anteriormente. Para que a dicotomia cristão/mouro surja nesta obra mais individualizada terá contribuído, certamente, a concretização da Expansão portuguesa, transformada nesta altura numa esperançosa realidade. Assim, os «Mouros» não são apresentados como bons exemplos quer sob o ponto de vista físico quer moral. Ao descrever as qualidades que ilustram D. Duarte de Meneses coloca-as em antítese dos defeitos atribuídos aos «infieis». Assim, D. Duarte de Meneses é «amador de verdade e de Justiça», «de grande e boom entender», «muy temperado no comer e beber», «sofredor de grandes trabalhos», «homem muyto ardidio e de honroso coraçom», seguidor dos «feitos da cavallarya». Era além disso «Homem devoto e amigo de deos e guardador de sua ley E assy foy sempre ajudado do

ajudoyro devynal»²⁰. Pelo contrário, os «Mouros», seus adversários, comem e bebem com gula, são falsos, neles há «pouca verdade», são «gente mizquinha», não respeitam a justiça, «nom tem temperança» e as suas almas estão destinadas à danação eterna²¹. Esta oposição, em que está presente mais uma vez a ideologia do momento, não carece de localização temporal porque, na concepção do autor, a transcende. Talvez daí a intemporalidade dos acontecimentos, a sua falta de datação precisa. O protótipo desta oposição ideológica que coloca «Mouros» e cristãos frente a frente é uma realidade de sempre, como a do Bem versus Mal, não necessita de uma era determinada porque é de sempre. Como guerreiro cristão, D. Duarte de Meneses encontra-se sempre pronto para a luta e é necessário que o conde D. Pedro o retenha, temeroso «daventurar huma Joya que lhe deos dera»²². O conde D. Duarte, apesar de filho ilegítimo, acabou por suceder a seu pai e confirmou na prática as qualidades de que já dera mostras. Zurara narra o episódio do presente enviado ao rei de Fez com a finalidade de preparar as negociações para o resgate da ossada do infante D. Fernando, o cativo de Tânger. A galanteria do gesto, tão de acordo com as melhores regras da cavalaria, levou o rei de Fez a proferir algumas palavras de encômio: «(...) nom se pode dizer do conde dom Duarte senom que he huum dos specyaaes cavalleyros do mundo e assy como nisto e nos autos da cavallarya. assy he franco e liberal em seus dados e cousas com que ha de prestar»²³.

A terra africana está presente, embora apenas as povoações amuralhadas que exigiam destreza e vigor na sua tomada merecessem especial destaque. A cidade de Ceuta era sempre colocada em grande evidência. A noção da importância quer estratégica, quer mercantil da cidade fica bem patente na lamentação que Zurara coloca na boca dos «Mouros» da cidade que encontram nas predições dos antigos mais um motivo de tristeza: «Filho meu rogo-te que nom me digas mais das bondades de tua Cidade; caa me nom podes tu dizer tanto, que eu muito mais nom saiba, pero tanto te digo, que se os Mouros da terra de África soubessem o que eu sei, jaa em ella nom estaria hũa pedra sobre outra, que nom fosse derribada toda pelo chão; caa a sua formusura e bondade, ainda ha-de ser causa de nosso grande mal, o qual sentirão primeiro os que nella morarem, e depois o sentirão os outros, que morarem afastados, e por ventura poucos ficarão em esta parte d'África, que nom tenham sua parte desta perda»²⁴. Ceuta é defendida e atacada com pertinácia, quaisquer que sejam os que a sitiavam ou os que acometem²⁵. O próprio rei de Portugal D. Afonso V permanecera nesta cidade²⁶.

Outros aglomerados urbanos, vilas e aldeias aparecem mencionados, mas geralmente porque nos seus arrabaldes se travam combates de maior ou menor importância, ou porque os cristãos os saquearam. Assim, aparecem Bulhões, Romal, aldeia d'Albegal, Castellejos²⁷, entre outros. Os «matos», as «quintãs», os pomares, os arvoredos que estão junto de Ceuta merecem aos portugueses sentimentos contraditórios. Por um lado, abundam neles árvores frutíferas dignas de uma surtida; por outro, representam o perigo de embuscadas, pois entre muros e vergéis escondem-se guerreiros prontos a cair sobre os incautos²⁸. Desta forma, «o Conde tinha assy todos avisados que nenhum nom movia da barreira pera fóra» sem a necessária autorização²⁹. Quando se viram despojados da sua cidade, muitos dos que escaparam dirigiram-se «pera as Herdades e Quintas onde tinham suas casas (...) e alli se começavam de lembrar de quanto proveito ouveram nos tempos passados daquellas Herdades e das árvores frutíferas, que nellas pozeram»³⁰. Desta forma, os campos circunvizinhos estão presentes quer nas preocupações dos árabes, seus antigos possuidores, como nas dos portugueses, pois sem os seus produtos, afastados como estavam de Portugal, dificilmente podiam sobreviver. As frutas, os gados, os cereais tornavam-se imprescindíveis, mas, nos primeiros tempos, esse envolvimento em terra trazia incerteza e perigo³¹. No entanto, na *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, que retrata uma fase mais avançada da presença portuguesa em Marrocos, as saídas das praças tornam-se frequentes e necessárias para assegurar o domínio das terras e para conhecê-las melhor³². Ao contrário da terra, traiçoeira e perigosa, o mar era o caminho directo para Portugal. Era pelo caminho do mar que se regressava ou que se recebiam reforços. Era pelo mar que, em rápidas surtidas, se caía sobre a terra farta ou sobre a presa rica³³. E embora o curso também pudesse trazer perigo, trazia certamente muito mais lucro.

O mar ligava ainda às ilhas da Madeira e dos Açores e, à medida que se caminhava para sul seguindo a costa ocidental africana, trazia ao convívio da Europa novas terras e novas gentes. Gomes Eanes de Zurara refere na *Crónica de Guiné* os primeiros passos do caminho progressivo dos portugueses. Ceuta, perdida a sua importância como cidade árabe³⁴, permitiria no entanto aos portugueses haver informações mais precisas sobre o comércio transaariano, sobre o ouro de Tombuctu, o percurso das suas caravanas e mercados. Cadamosto reconhece que o mercadejar na costa ocidental africana tinha o forte atractivo do lucro fácil. Zurara, no entanto, prefere salientar que a acção do Infante se ficou devendo ao «serviço de Deus e honra do Reino», acrescentando que, com a tomada de Ceuta, o «proveito que a terra recebeu, o Levante e o Ponente são bem clara testemunha, quando os seus moradores podem comudar suas cousas sem grande perigo de suas fazendas, que por certo não se pode negar que a cidade de Ceuta não seja chave de todo o mar Medioterreno»³⁵. No capítulo VII desta crónica, «No qual se mostram cinco razões por que o Senhor Infante foi movido de mandar buscar as terras de Guiné», uma das motivações atribuídas por Zurara ao Infante D. Henrique é justamente o interesse pela terra. Desta vez, esse empenho parece ser isento de ganho imediato: «porque ele tinha vontade de saber a terra que ia além das ilhas de Canária, e de um cabo que se chama Bojador, porque até áquele tempo, nem por escritura nem por memória de nenhuns homens, nunca foi sabido determinadamente a qualidade da terra que ia a além do dicto cabo»³⁶. Situado a 80 léguas ao norte do cabo Bojador, outro cabo, o Nam, motivara o provérbio náutico «Quem for ao cabo de Nam ou virá ou nam», o que testemunhava a dificuldade da navegação nesta zona³⁷. Gil Eanes como penhor do seu feito, «como sinal de terra», traz as «rosas de Santa Maria»³⁸. Também aqui na costa ocidental africana, embora presente, a terra tem um interesse minguado, em relação com os produtos que dela se tiram e dos homens que a habitam. Afonso Gonçalves Baldaia na sua primeira saída em terra manda dois moços a cavalo em busca de «alguma povoação ou gente que fizesse viagem por algum caminho»³⁹. Pela primeira vez as caravelas do Infante estabeleciam contacto com povos bastante diferenciados dos norte-africanos pela cultura e civilização. Apresentavam-se «sem outras nenhuma armas para ofensa nem defesa, somente azagaia», mas lutaram com denodo⁴⁰. Em contactos posteriores, os portugueses vão utilizar como termo de comparação as gentes da Guiné, os «guineus»⁴¹. Eram de boa constituição física e, a partir de 1439, foram trazidos para o reino numerosos escravos. Em 1446, João Gonçalves Zarco, donatário da Madeira, e Álvaro Fernandes chegaram à Terra dos Negros⁴².

Segundo Zurara, a única povoação murada nesta terra dos Negros era Oadem que servia de escala para as caravanas que vinham de Tombuctu. Havia alguns lugarejos à borda do mar com as casas cobertas de palha, mas os habitantes haviam desaparecido, provavelmente levados como escravos «por os que lá foram em os navios desta terra»⁴³. As populações arabizadas ocupavam-se da criação de gado, camelos, vacas, cabras e carneiros que constituíam toda a sua riqueza. Por isso, eram nómadas, mudando com frequência de local de habitação. Alimentavam-se de alguma carne, leite e seus derivados e das plantas que obtinham com a prática da recollecção. Os que viviam próximo do mar utilizavam o peixe. Apresentavam-se bem vestidos, com jóias, e as mulheres cobriam o rosto⁴⁴. «Todos são da seita de Mafamede e são chamados Alarves e Azenegues e Barbaros»⁴⁵. Os limites das terras dos Azenegues terminavam no rio Senegal; depois estendia-se a Terra dos Negros. Refere o cronista que «em toda a terra de África (...) os Mouros não tem mais reino que é o reino de Fez, no qual jaz o de Marrocos e o de Tafelete, e o reino de Tunes, em que é o de Tremecem e de Bugia; e toda a outra terra possuem estes Alarves e Azenegues, que são pastores de cavalo e de pé»⁴⁶. Empregavam escravos negros, obtidos por guerra ou por compra. A escravatura, embora então se praticasse em escala reduzida, englobava mercadores cristãos. O cronista acrescenta que na Terra dos Negros haveria um outro reino, Meely (Mali), mas que não era coisa certa.

As razias praticadas pelos portugueses proporcionam ao cronista as mais comovedoras páginas da sua obra, ao descrever a partilha dos cativos efectuada em Lagos. Recordemos

apenas que Zurara escreve a dada altura: «Mas para seu dó ser mais acrescentado, sobrevieram aqueles que tinham cargo da partilha e começaram de os apartarem uns dos outros, a fim de poerem seus quinhões em igualeza; onde convinha de necessidade de se apartarem os filhos dos padres, e as mulheres dos maridos e uns irmãos dos outros: A amigos nem a parentes não se guardava nenhuma lei, somente cada um caía onde a sorte levava!»⁴⁷. Contudo, como todo o sofrimento tem sempre um fim redentor que só Deus conhece, as lágrimas daqueles cativos permitiram a salvação de suas almas. E Zurara termina o capítulo escrevendo «e eu que esta história ajuntei em este volume, vi na vila de Lagos moços e moças, filhos e netos daqueles, nados em esta terra, tão bons e tão verdadeiros Cristãos como se descenderam de começo da lei de Cristo, por geração, daqueles que primeiro foram bautizados...»⁴⁸.

Notas

¹ Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa Doutrina e crítica*, vol. I, Lisboa, 1972, pp. 65-67.

² *Idem, ibidem*.

³ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*, reprodução facsimilada com nota de apresentação de J.A. de Freitas Carvalho, Porto, 1988, pp. 214-215.

⁴ *Idem, ibidem*, p. 215.

⁵ *Idem, ibidem*.

⁶ *Idem, ibidem*, p. 254.

⁷ *Idem, ibidem*, p. 261.

⁸ *Idem, ibidem*, p. 262.

⁹ *Idem, ibidem*, pp. 268-269, 470.

¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 473.

¹¹ *Idem, ibidem*, p. 255.

¹² *Idem, ibidem*, p. 265.

¹³ *Idem, ibidem*, p. 264.

¹⁴ *Idem, ibidem*, pp. 266-267.

¹⁵ *Idem, ibidem*, pp. 266-267.

¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 269.

¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 270.

¹⁸ *Idem, ibidem*, pp. 360-362.

¹⁹ *Idem, ibidem*.

²⁰ *Idem, Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, Lisboa, 1978, pp. 49-50.

²¹ *Idem, ibidem*, pp. 59, 117.

²² *Idem, ibidem*, p. 6.

²³ *Idem, ibidem*, p. 308.

²⁴ *Idem, Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*, p. 250.

²⁵ *Idem, ibidem*, p. 498.

²⁶ Manuela Mendonça, *D. João II um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*, Lisboa, 1991, pp. 98-99.

²⁷ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*, pp. 282, 291, 315.

²⁸ *Idem, ibidem*, pp. 265-267. Os arredores de algumas importantes cidades como Salé, Tânger, Larache, Safim eram fertilíssimos. A. Borges Coelho, *Raízes da Expansão Portuguesa*, 4ª ed., Lisboa, 1979, p. 11.

²⁹ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*, pp. 255-256.

³⁰ *Idem, ibidem*, pp. 251-252.

³¹ *Idem, ibidem*, p. 258.

³² *Idem, Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, p. 191.

³³ *Idem, ibidem*, pp. 312-315.

³⁴ A importância da cidade árabe como centro difusor da mensagem islâmica apresentava-se como um valor religioso e cultural. Veja-se, a este propósito, António Dias Farinha, *O Imaginário da Cidade Muçulmana*, Lisboa, 1989, pp. 59-73.

- ³⁵ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, introd. e notas de José de Bragança, Porto, 1973, p. 27.
- ³⁶ *Idem, ibidem*, p. 43.
- ³⁷ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. II, Lisboa, 1978, p. 151.
- ³⁸ *Idem, ibidem*, p. 55.
- ³⁹ *Idem, ibidem*, p. 58.
- ⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 59.
- ⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 318.
- ⁴² *Idem, ibidem*, p. 315.
- ⁴³ *Idem, ibidem*, p. 315.
- ⁴⁴ *Idem, ibidem*, pp. 322-323.
- ⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 326.
- ⁴⁶ *Idem, ibidem*, p. 327.
- ⁴⁷ *Idem, ibidem*, pp. 122-123.
- ⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 124.